



ARGUMENTOS SOBRE A TEORIA DA AÇÃO APLICADA ÀS METÁFORAS DA VIDA COTIDIANA.

ARGUMENTS ABOUT THE THEORY OF ACTION'S APPLICATION TO METAPHORS WE LIVE BY

Daniel Felix da Costa Jr.¹

RESUMO: Desde Lakoff & Johnson (1980), a noção de metáfora ganhou uma amplitude que ultrapassa o plano linguístico, com afirmações do tipo “as metáforas podem criar realidades, especialmente realidades sociais” e “uma metáfora pode converter-se em guia para a ação futura”. Sabendo da natureza agente da metáfora, fizemos uma associação desta ideia com a teoria da ação formulada por Searle (1983) no *Intentionality*. Obteve-se, então, a possibilidade de três critérios para a observação da metáfora, sob o enfoque da ação: a) a metáfora considerada intencional, b) a metáfora considerada não intencional, e c) a metáfora como uma não-ação. Contudo, não se pode negar que alguns argumentos podem refutar essa distinção dentro da própria teoria searleana, são estes: • toda ação possui uma intenção em ação, • existe possibilidade intencional na metáfora não intencional, e • a aceitação do objetivismo, dentro da concepção de uma não ação metafórica, exclui a ideia de intencionalidade e não intencionalidade da metáfora. A confirmação ou não desses argumentos foi investigada neste trabalho, bem como, a defesa da não atividade da metáfora ser considerada parte do Background, e o papel do algoritmo «X é como Y em características C», no resultado dessas análises sobre a convergência do experiencialismo lakoff-johnsonianiano com a teoria da ação.

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora, Intencionalidade, Cognição, Filosofia da Linguagem.

ABSTRACT: Lakoff and Johnson (1980) provided new amplitude for the notion of metaphor, they stated that “metaphors may create realities for us, especially social realities” and “a metaphor may thus be a guide for future action”. Knowing the agent nature of metaphor, we associate that idea to the theory of action formulated by Searle (1983) in his book ‘Intentionality’. This association resulted in three types of metaphor: a) the intentional metaphor, b) the non-intentional metaphor, and c) the metaphor as non-action. However, some arguments may refute this distinction within the searlean theory: • every action has an intention in action, • there is a intentional possibility in the non-intentional metaphor, and • the conceiving of a metaphor as non-action excludes the idea of intentionality and non-intentionality of metaphor. This paper explored these arguments and verified the chances of the non-activity of metaphor can be part of Background, and the function of algorithm «X counts as Y in C» to verify the confluence between experientialist of Lakoff and Johnson with the theory of action.

KEYWORDS: Metaphor, Intentionality, Cognition, Philosophy of Language

¹ Mestrando dos programas de pós-graduação em: Lógica e Metafísica da UFRJ e Estudos da Linguagem da UFF. Correio eletrônico: felixdd@sapo.pt



É certo que Platão tenha influído uma tradição da busca pela objetividade, em seus diálogos sobre *A República*, a alegoria da caverna inclui um fator moral e ético para aqueles que alcançam a verdade: o dever de voltar à caverna e levar, aos que lá estão, a verdade da vida externa. Daí a asserção de que aqueles que são privados de educação e não possuem alguma experiência da verdade, “jamais poderão gerir uma cidade de maneira satisfatória” (PLATÃO, 2004, p. 365). Por tal motivo, a metáfora foi preterida nos discursos comprometidos com a verdade, pois o uso figurado da língua deveria estar restrito às artes, porém, mesmo na Filosofia Clássica, percebe-se a semente de uma metáfora mais substancial com Aristóteles; que mesmo afirmando o caráter de analogia da metáfora, reconhece em *Arte Retórica*, que dizer que “‘um princípio é um princípio’ não denotaria habilidade nenhuma” (ARISTÓTELES, 1944, p. 361). É a partir da metáfora ou homonímia que as palavras adquirem novo significado. Contudo, mesmo a noção aristotélica ampliando o sentido da metáfora, seus conceitos ainda permaneciam como uma figuração da poética, ou de efeitos da retórica.

Desde Lakoff e Johnson (1980, p.156), a noção de metáfora ganhou uma amplitude que ultrapassa o plano linguístico, com afirmações do tipo “as metáforas podem criar realidades, especialmente realidades sociais” e “uma metáfora pode converter-se em guia para a ação futura, que, desde logo, ajustar-se-ão à metáfora”², postulou-se que o nosso sistema conceitual é de base metafórica. Sabendo da natureza agente da metáfora, fizemos a associação desta ideia com a teoria da ação formulada por John Searle (1983) no seu *Intentionality*. Sem tencionar uma aparente taxinomia, obteve-se a possibilidade de três distinções para a metáfora em ação: a) a metáfora considerada intencional, b) a metáfora considerada não intencional, c) a metáfora considerada uma não ação (cf. COSTA JR, 2011). Contudo, não se pode negar que alguns argumentos podem refutar essa distinção dentro da própria teoria searleana. Ao analisar alguns desses argumentos, tentaremos verificar se a teoria da ação escolhida ajusta-se, ou não, à ideia da metáfora em ação. As noções de que toda ação possui uma intenção em ação, a possibilidade intencional da

² Trecho original: “Metaphors may create realities for us, especially social realities. A metaphor may thus be a guide for future action. Such actions will, of course, fit the metaphor”.



metáfora não intencional, e o objetivismo dentro da concepção de uma não ação da metáfora, merecem uma investigação mais detalhada.

1) Objetividade ontológica e objetividade epistêmica

Há mitos que afirmam que as pessoas podem sempre ser objetivas se quiserem, que ser objetivo é ser racional, que sempre é possível evitar metáforas e outras figuras falando objetivamente; esses estão presentes na tradição objetivista. Há outros mitos que dizem respeito ao subjetivismo, como: as coisas mais importantes da vida são os sentimentos; a arte e poesia transcendem a racionalidade; e as coisas da vida significam o que eu quero que elas signifiquem. O medo e gosto pela metáfora conseguiram motivar mitos dentro do objetivismo e do subjetivismo. Lakoff e Johnson (1980) dedicam grande parte do livro *Metaphors we live by* a falar sobre os excessos cometidos por cada uma das duas abordagens. É notável a importância tanto do objetivismo quanto do subjetivismo, pois se ambas perduram por séculos, é porque oferecem alternativas justificáveis ao que se comprometem tratar. O erro cometido por elas é manter o papel de antagonismo entre si, e para sair desse antagonismo, Lakoff & Johnson oferecem a alternativa experiencialista. Segundos os teóricos, a alternativa experiencialista pode reafirmar alguns interesses e confrontar outros, tanto dos defensores objetivistas quanto dos subjetivistas. O experiencialismo converge com o objetivismo por assumir que o conhecimento científico é possível, mas sua abordagem não agrada a esses por manter uma certa relativização da objetividade, principalmente, quando afirma que seria mais razoável ao discurso científico abandonar a afirmação da verdade absoluta. Também, converge com o subjetivismo ao assumir que o significado possui um fator pessoal que é impreciso, depende da imaginação e da produção de coerência. Mas diverge “do subjetivismo por que recusa a ideia romântica de que a compreensão imaginativa está completamente livre de imposições”³ (Idem, p. 228), o que implica que há racionalidade ou limites na linguagem intuitiva e imaginativa.

O experiencialismo Lakoff-johnsonianiano é formulado como algo que equilibra interesses antagônicos, contudo, sua menção vale como ponto de comparação à forma de ver o objetivismo

³ No original: “where experientialism diverges from subjectivism is in its rejection of the Romantic idea that imaginative understand-ing is completely unconstrained”.



e o subjetivismo dentro da teoria da ação de Searle. As referências feitas ao mito do objetivismo, do subjetivismo, e do experiencialismo, no *Metaphors...*, norteiam, em parte, as três distinções de metáforas em ação. Por outro lado, num trabalho mais recente que o *Intentionality*, Searle também fornece uma alternativa aos problemas do objetivismo e do subjetivismo.

Em seu *Rationality in action*, Searle (2001, pp. 54-56) dispôs uma proposição especificamente para o problema do objetivismo, dentre as quinze proposições sobre a estrutura da Intencionalidade e da ação, na décima segunda estabelece a seguinte: “a distinção entre objetividade e subjetividade, é, na verdade, uma combinação entre duas distinções, uma ontológica, e outra epistêmica”⁴. Para a defesa desta proposição, é lembrado o fato de que, na nossa tradição cultural, estamos sempre a buscar que as verdades científicas sejam ‘objetivas’. Mas, sabemos que essa exatidão é variável. Da mesma forma que uma teoria lança luz sobre um determinado aspecto, acaba por ocultar outros. Com tal proposição, Searle esclarece a necessidade de distinguir a “objetividade e subjetividade ontológica” da “objetividade e subjetividade epistêmica”; e, para este fim, exemplifica que alguns fenômenos são parte da nossa experiência subjetiva, como a experiência de sentir dor, assim, possui uma ontologia subjetiva. Já montanhas e moléculas têm uma existência objetiva, e por isso, uma ontologia objetiva. Quanto à noção epistêmica, a explicação ganha um nível mais proposicional, o exemplo mencionado é: “Rembrandt passou sua vida inteira nos Países Baixos”; trata-se de uma declaração epistemicamente objetiva, pois é passível de se constatar sua verdade ou falsidade sem remeter a atos e sentimentos dos observadores. A subjetividade epistêmica vem com o exemplo “Rembrandt foi o maior pintor que viveu em Amsterdã”, no qual a subjetividade é exposta pela expressão de uma opinião, já que sua verdade depende das atitudes subjetivas dos admiradores e dos detratores da obra de Rembrandt para ser constatada.

Embora essa distinção pareça caminhar em campos diferentes sem se misturar, Searle adverte que muitos fatos do mundo são motivados por ações racionais subjetivas ontologicamente, mas epistemicamente objetivas. O que nos leva a crer que por mais que especifiquemos e tentemos clarificar as noções sobre objetividade e subjetividade, elas sempre encontrarão uma forma de unir-se em algum segmento.

⁴ “The distinction between objectivity and subjectivity is really a conflation of two distinctions, one ontological, and one epistemic”.



2) Sempre há Intencionalidade em metáforas textuais

Ao que parece, considerar a aparição da metáfora como uma ação intencional é uma das proposições em que há mais facilidade de defesa, numa teoria da ação. De acordo com a teoria searleana, a intenção é o modo de direcionalidade da ação, e portanto, não existe a possibilidade de uma ação sem intenção, o que existe é a possibilidade de uma ação sem intenção prévia. Partindo desse pressuposto, a ideia de discutir a intencionalidade numa ação metafórica, perderia o sentido ao fazer algumas distinções, pois, se toda metáfora textual, que seja passível da percepção de outrem, surge de alguma ação, significa, dessa forma, que todas possuem intenção. Porém, o que se discute não é falta de intenções em determinada ação, mas sim, a especificidade dessas intenções.

A metáfora intencional foi abordada dentro do objetivismo, porque abordá-la apenas no subjetivismo seria cair em redundância, e a tradição cultural, já se encarregou dessa tarefa pleonástica. Constatar a sua ocorrência em campos do domínio objetivista, faz com que percebamos que a sua aparição ocorre de forma intencional no objetivismo, e não apenas, como um acidente discursivo ou descuido falho de um agente. Muitas metáforas que surgem em discursos objetivistas podem ser expostas de maneira mais objetivas, mesmo que o texto ganhe uma aparência excessivamente repetitiva e tecnicista. Embora concordemos com o argumento da *Arte Retórica* de Aristóteles, que são as metáforas que atribuem um elemento de novidade a coisas que já existem, podemos admitir que certas metáforas permitem uma objetividade maior. O exemplo do termo “vírus de computador”, amplamente usado em textos técnicos da área de informática, poderia ser substituído por “programas danificadores” ou “programas ilegais”, embora, muito dos efeitos de significação sejam alterados por conta dessa simples substituição.

Assim, em concordância com Searle, conclui-se que todas as metáforas textuais, oralizadas ou escritas, surgem de alguma ação, portanto todas têm intenção, mesmo que a intenção não esteja especificamente na metáfora. Sempre há alguma intenção em ação nessa atividade, mas nem sempre, essa intenção dirige-se a uma figura de linguagem metafórica.



3) A intencionalidade da metáfora não intencional

Após o desenvolvimento do tópico anterior, verificar a distinção de uma metáfora não intencional soa quase injustificável. Já que toda ação possui uma intenção, então, é possível considerar a metáfora não intencional como intencional. Tal argumento também poderia contradizer Searle(1983) na resolução dos paradoxos citados no seu artigo, mas ao explicar a não intencionalidade nos seus exemplos, ele isola um fato específico da ação, e recorre, ou à ideia de intenções complexas, ou à dissociação de uma intenção prévia da intenção em ação. Com isso, chega à conclusão de que alguns fatos ocorrem não intencionalmente, mesmo que originados de uma ação. Tal conclusão motra-se um tanto nebulosa, já que no mesmo artigo, menciona o conceito de Dascal e Gruengard, que uma ação não intencional, mesmo não pretendida, pode situar-se no “campo das possibilidades de ações intencionais do agente sob o nosso ponto de vista” (In: Searle, 1983. p. 141) este conceito concede à subjetividade do narrador o poder de definição. Não obstante à menção que faz a Dascal e Gruengard, ele próprio parece não recorrer a este critério. No exemplo de Chisholm: na qual alguém tem a intenção de matar o tio, mas, acidentalmente e sem nenhuma pretensão, acaba por matar o tio num atropelamento de carro (Idem, p. 116). Searle explica que a intenção prévia matou o tio, mas de maneira não-intencional, pois a intenção prévia foi excluída do processo da intenção em ação abordada. Não significa que não houve intenção, significa que a intenção que ocorreu não estava direcionada à determinada condição de satisfação. Ora, se existe uma intenção e uma não intenção correlatas num mesmo ato, o que justifica fazer a distinção entre fatos que ocorrem não intencionalmente? Sobre esse tema, O’Shaughnessy (1991, p. 278) problematizou várias hipóteses num artigo sobre a teoria da ação, numa delas afirmou: “a ‘intenção’ não é unívoca em ‘intenção prévia’ e ‘intenção na ação’. Intenções na ação simplesmente não são intenções”⁵. Respondendo a O’Shaughnessy, Searle declara que não importa se chamamos de ‘intenção’ o conteúdo Intencional interno, pois a noção ‘intenção em ação’ é apenas um termo técnico, importa reconhecer a natureza do componente e

⁵ “That is, ‘intention’ is not univocal in ‘prior intention’ and ‘intention in acting’. Intentions in acting simply are not – intentions”.



suas condições de satisfação (cf. SEARLE, 1991, p.297)⁶. Se é possível separar a intenção prévia da intenção em ação, a fim de justificar que parte de um evento ocorreu não intencionalmente, justificamos, assim, a ideia de metáfora não intencional.

Entretanto, num sentido amplo: a linguagem é plenamente passível do uso de expressões figurativas; assim poderíamos considerar que a metáfora, mesmo nos casos em que ocorre não intencionalmente, é parte da intenção em ação. Porém, num sentido mais restrito, como os ideais mantidos pelos mitos do objetivismo que Lakoff e Johnson citou, sua presença não deve ser nem cogitada, muito menos praticada, assim, quando a metáfora ocorre num texto objetivista como o seguinte:

“Tradicionalmente, o ‘problema da percepção’ tem sido o problema de como nossas experiências perceptivas internas estão relacionadas com o mundo externo...” (SEARLE, 1983, p. 53)

Sua aparição não faz parte das condições de satisfação de uma ação de teor objetivista, portanto, não faz parte da intenção em ação, é não intencional. Caracterizado, por não ser um elemento que compõe as condições de satisfação, e pela falta de optabilidade do agente em possuir outro termo que se adéque melhor ao discurso.

Resta-nos então, um problema que será deixado para outras investigações: como ter certeza dessa falta de optabilidade do agente? Até o momento presente, contentamo-nos com assunção do agente. No exemplo searleano citado acima, o próprio agente-autor, admite que os termos usados são vagos, mas desconhece outros que se ajustem melhor a significação do conceito, quando explicita: “em que sentido minhas experiências perceptivas estão ‘aqui dentro’ e o mundo está ‘lá fora’? Apesar disso, tais metáforas são persistentes e talvez até inevitáveis...” (Idem, p. 53). Tal exemplo facilitou a verificação da falta de optabilidade, mas o que fazer quando o agente não deixa explícito, em nenhum momento, a sua falta de opção ao usar determinado termo? A princípio, fica-se apenas com a formulação já contida na teoria da ação abordada: de que determinada figura não faz parte das condições de satisfação.

4) O objetivismo e a ideia de não-ação da metáfora

⁶ “At one level, it does not matter. The notion ‘intention-in-action’ is just a technical term. As long as you recognize the nature of the component, and in particular its causally self-referential conditions of satisfaction”.



A metáfora como não-ação surge a partir da idéia da ‘metáfora conceitual’, quando Lakoff e Johnson (1980) elevam a metáfora ao nível cognitivo, como parte integrante dos processos de raciocínio. Eles afirmam:

A imaginação, em um de seus muitos aspectos, supõe ver um tipo de coisa em termos de outra – o que denominamos de pensamento metafórico. A metáfora é, assim, racionalmente imaginativa. Visto que as categorias do nosso pensamento cotidiano são em grande medida metafóricas e nosso raciocínio de cada dia traz implicações e inferências metafóricas, a racionalidade ordinária é imaginativa por sua própria natureza.⁷ (Idem, p. 193).

Esta forma de ver a metáfora impulsionou os estudos da Linguística Cognitiva, e possibilitou a formulação da ideia de que “a metáfora é inerente e não excludente ao pensamento humano, o que faz com que a aparição da metáfora perca o status de ação lingüística, perdendo também a hipótese de se enquadrar numa ação intencional” (COSTA JR. 2011, p.237), sendo assim, uma não-ação.

As duas distinções da intencionalidade da metáfora, mencionadas nos itens 2 e 3, têm como fator de determinação sua possibilidade dentro do objetivismo, pois, analisá-las sob o ponto de vista subjetivista, seria repetir o que já foi dito na tradição das figuras de linguagem. Mas como considerar válida, a ideia de não-ação da metáfora, se o fator que determina os outros dois tipos parece ser desconsiderado nesta? Em que pontos a distinção de não-ação, leva em conta o objetivismo? De certa forma, a assunção deste último tipo de metáfora, considerada em termos do objetivismo, resultaria na negação dos dois primeiros tipos, porque se os processos cognitivos são metafóricos e não são ações, significa que esta metáfora não possui nenhum tipo de intenção, pois a intenção é um componente da ação. É certo que as metáforas anteriores referem-se a objetos no mundo, sua realização relaciona-se com fatos objetivos. Também é certo que a não-ação da metáfora refere-se a fenômenos mentais, logo, refere-se a fatos subjetivos. Os mitos objetivistas não são determinantes para a constatação de uma não ação metafórica. Assim, as metáforas intencionais e não intencionais possuem uma referência centrada em objetos no

⁷ Imagination, in one of its many aspects, involves seeing one kind of thing in terms of another kind of thing—what we have called metaphorical thought. Metaphor is thus *imaginative rationality*. Since the categories of our everyday thought are largely metaphorical and our everyday reasoning involves metaphorical entailments and inferences, ordinary rationality is therefore imaginative by its very nature”.



mundo, e a não ação da metáfora possui referenciação centrada nos processos mentais. Em outras palavras, os dois primeiros tipos de metáforas são materializadas textualmente, seja através de emissões fonéticas, seja por meio de signos linguísticos e icônicos, dessa forma, metáforas textuais; o último tipo, não precisa de uma materialização externa à mente para ocorrer, por isso sua relação é bem mais interligada ao conceito de Lakoff & Johnson de 'metáforas conceituais'.

Por outro lado, enquanto se fala da metáfora como um processo cognitivo, no sentido expresso por uma metametáfora, sua objetividade é epistêmica e não ontológica (ver item 1). A metáfora que se concretiza numa ação linguística, exterioriza sua forma conceitual materializando-a numa forma convencional. A objetividade acaba não sendo excluída totalmente, mas relativizada pelas noções de objetivismo epistêmico e ontológico de Searle (2001). A ideia de não-ação refere-se a fatos subjetivos ontologicamente, que têm sua causalidade como disposição a prover fatos subjetivos epistemicamente, e a metáfora ganha status semelhante a outras coisas com existência subjetiva, como o pensamento ou a dor.

A aparição da metáfora convencional é causada ora de forma deliberada e ora não-deliberada. O processo cognitivo que causa a metáfora, considerado em si mesmo, que é uma não ação. Quando ocorre de forma deliberada pode ser intencional ou não intencional, há um certo grau de consciência quando ocorre não intencionalmente, consciência advinda da análise das condições de satisfação ou da constatação da falta de optabilidade do agente. Quando ocorre de forma não deliberada, recai na ideia conceitual, sendo uma não ação causando um movimento de ação Intencional. As três distinções de metáfora possuem elementos de objetividade e subjetividade, seja ela ontológica ou epistêmica.

Os mitos do objetivismo e do subjetivismo mencionados no *Metaphors...*, na terminologia usada por Searle, seriam nada mais que objetivismo e subjetivismo epistêmico, apenas na alternativa experiencialista, Lakof & Johnson introduzem um elemento ontológico com a metáfora conceitual. Em suma, a metáfora possui subjetividade ontológica quando está no nível dos processos mentais... quando se materializa em produção fônica ou escrita, passa a ter sua ontologia objetivada, como descreve o quadro seguinte.



QUADRO 1

Objetivismo e subjetivismo na Metáfora		
Metáfora intencional	Ontologicamente objetiva	Epistemicamente subjetiva
Metáfora não intencional	Ontologicamente objetiva	Epistemicamente subjetiva
Metáfora como não ação	Ontologicamente subjetiva	* Epistemicamente não avaliável. ** Apenas ao se referir a si mesma numa metametáfora, pode-se eventualmente avaliar sua ontologia objetiva, e sua alternância entre subjetividade e objetividade epistêmica.

4) Ação não deliberada e Background

Percebe-se que a ideia de ‘metáfora como não-ação’ fundamenta-se na disposição natural dos processos cognitivos, numa resposta dos nossos mecanismos perceptivos a certas situações. Similar a movimentos reflexos, como quando um médico bate no joelho de um paciente fazendo com que haja o movimento de levantar a perna.

Searle (1983, p. 198) concede uma explicação do que seja *Background* (pano de fundo) na teoria da ação intencional: “um conjunto de capacidades mentais não representacionais que permite a ocorrência de toda representação”. Lembrando que para Searle, representação implica intencionalidade, que por sua vez implica em ação. Então a metáfora como não-ação deve ser considerada parte do Background? Neste sentido, sim. Contudo a noção de Background é um tanto nebulosa, e é rebatida por outros filósofos. O próprio autor relativiza sua teoria com um item sobre ‘habilidades físicas’, que antes poderia ser parte das ações complexas de uma ação representada, como na abordagem do capítulo ‘Intenção e Ação’ do *Intentionality*.

Dreyfus e Wakefield (1991, pp. 263-266) tentam contra-argumentar a teoria searleana, desvinculando a intenção de algumas ações, retirando a obrigatoriedade de haver sempre uma intenção na ação. No exemplo em que alguém resolve esquiar, durante o momento do esqui precisa reagir com destreza diante de obstáculos inesperados. Searle (1983, p.209) afirma que a destreza ou habilidade de um esquiador experiente faz parte do Background, ou seja, “a prática



repetida permite que o corpo assuma o comando e que as regras recuem para o Background”. Ora, se isso é verdade, Dreyfus e Wakefield têm razão ao dizer que nem toda ação precisa de uma intenção em ação. Os obstáculos, que um esquiador experiente consegue ultrapassar com naturalidade, não vêm de intenções em ação, vêm do Background. O que Searle descreve em, ‘habilidades físicas’, é que há um recuo dos movimentos hábeis em direção ao Background; alguém aprendendo a esqui, precisa memorizar regras, movimentos corporais, posicionamentos adequados, contudo, ao surgir qualquer obstáculo imprevisto tende a cair. Apenas a prática repetitiva faz com que um esquiador experiente se desapegue às regras, ganhando confiança, inclusive, para subvertê-las.

O *Intentionality* possui uma constatação sobre metáforas que de certa forma reafirma nossas definições sobre metáforas intencionais e metáforas como não ação. Quando um falante afirma que *X* é *Y*, significa que *X* é como *Y* em determinadas características *C*. Mas, de acordo com Searle, não há nenhum algoritmo para descobrir quando uma emissão é entendida metaforicamente e nenhum algoritmo para calcular os valores de *C*, seria tentador pensar que existem regras e princípios para compreender as emissões metafóricas. A constatação de que muitas metáforas não se apoiam em nenhuma percepção de uma semelhança literal entre o termo *Y* e o referente do termo *X*, como no caso das metáforas de sabor para traços de personalidade e as de temperatura para os estados emocionais:

QUADRO 2

Metáforas que não seguem o algoritmo: <i>X</i> é como <i>Y</i> em características <i>C</i>	
Metáforas de sabor:	Metáforas de temperatura:
<p>peessoa doce</p> <p>x y</p>	<p>recepção calorosa</p> <p>x y</p>
<p>disposição azeda</p> <p>x y</p>	<p>caso amoroso ardente</p> <p> x y</p>
<p>personalidade amarga</p> <p>x y</p>	<p>frigidez sexual</p> <p>x y</p>
São casos em que <i>X</i> não é como <i>Y</i> em características <i>C</i>	

Nosso quadro baseia-se nas asserções de Searle e demonstra como o filósofo construiu sua idéia a respeito desses casos. A ligação de que somente as capacidades mentais são responsáveis



por sermos capazes de interpretar esse tipo de associação, fê-lo assumir que, essas, são “capacidades mentais não-representacionais”. Como tal, não podem ser consideradas ações, são parte do Background. Note-se que a asserção refere-se apenas a capacidade de compreender este de tipo de metáfora, à margem da lógica semântica da linguagem. Sabendo que o Background é uma capacidade não representacional, mas que torna um campo disponível para execução das ações, a ‘metáfora como não-ação’ encaixa-se nesse tipo de capacidade mental. Já que o pensamento é de base metafórica, não se sabe exatamente o porquê de *X* ser como *Y*, mas cabe investigação descritiva de como esse processo se dá; investigação que os linguistas cognitivos tentam realizar. O fato de tais metáforas não seguirem nenhuma regra lógica, reafirma o exemplo do esquiador, no qual as regras do esporte são internalizadas de tal forma, que o corpo assume o comando, e as habilidades físicas tornam-se Background.

Embora, a noção de Background tenha confirmado a idéia proposta de uma metáfora como não-ação, permanecemos com o problema teórico apontado por Dreyfus e Wakefield. Aceitar a não representacionalidade dos movimentos hábeis de um esquiador experiente, é aceitar que determinada ação, pelo menos em uma de suas partes, não possui ‘intenção em ação’. Searle (1991, p.294) responde essa crítica afirmando que a exposição anterior é sobre casos com intenção em ação e casos sem, pois neles variam os graus de atenção e foco, e variam, também, o grau de habilidade envolvido no comportamento em questão; sua abordagem acrescenta, à teoria, a ideia de ‘fluxo’(idem, p. 293), na qual existe um fluxo contínuo de comportamento intencional governado pela experiência de agir. Searle (1983, p. 147) possui o argumento de que numa intenção em ação, sempre é possível perguntar ao agente: “o que você está fazendo agora?”, pois o conteúdo da intenção em ação faz referência a si próprio, ou seja, é autorreferencial.

Ficariamos satisfeitos com a réplica de Searle, até Dreyfus (1993) vir com o contra-exemplo do jogador de basquete, que numa situação de tensão consegue realizar uma boa jogada e, posteriormente, é perguntado sobre o que havia feito naquele momento, e a resposta do jogador é: “estava tão absorvido que nem sabia o que estava fazendo”. A defesa de Dreyfus está em dizer que a capacidade de reagir, implícita na experiência cotidiana da ação, é contrária à experiência de um fluxo contínuo de capacidade para atender a apreensão do meio ambiente. É como se o corpo fosse levado a reagir aliviando-se da ‘tensão’ causada pelo desvio.



Tal afirmação constrói outra conclusão: se a intenção em ação do jogador de basquete não consegue responder a pergunta ‘o que você está fazendo agora?’, então algumas intenções em ação são experimentadas de forma inconsciente; se a intenção em ação é igual à experiência de agir, como é possível criar uma experiência de forma inconsciente? Assim, permaneceria um problema teórico na intenção em ação. Ou se assumiria a intenção em ação desvinculada da experiência de agir, ou se assume a existência de ações que não são experimentadas como ações.

Já sabemos que a metáfora pode ser considerada Background, mas existe a possibilidade de alguma metáfora ser experimentada de forma inconsciente, como uma ação não deliberada que responde à ‘tensão’ de um desvio situacional? Partindo do pressuposto pós-husserliano da linguagem realizar-se em atos, a princípio poderia ser dito que sim, pois os exemplos dreyfusianos são baseados em ações físicas, e sabe-se que usar a linguagem é agir linguisticamente. Seria possível imaginar uma situação de extrema tensão emotiva com mais de um falante, onde alguém emitisse alguma palavra ou sentença, e quando perguntado posteriormente, respondesse: “não sei o que quis dizer com a sentença, apenas reagi aquele momento de estresse”. Searle (1991, p.293) rejeitaria tal hipótese, pois assumiria que essas metáforas seriam parte do fluxo, ou seja, nenhum falante tem uma forma de intenção separada para cada palavra ou letra, simplesmente coloca seus pensamentos num fluxo natural de palavras e sentenças.

5) Últimas considerações

A distinção formulada, sobre os três tipos de metáforas, é justificável por analisar objeto em suas possíveis variantes: como parte do processo cognitivo, como efeito que habilita o pensamento e a linguagem a produzir realidades, e como ação realizada, de fato, no mundo externo através da linguagem.

Um trabalho mais recente de Searle (2001) permite a interpretação do objetivismo e do subjetivismo citado em Lakoff e Johnson, como elementos de subjetividade e objetividade epistêmica, na qual, o papel subjetivo e objetivo da ontologia, só passa a ser mais determinante na alternativa do ‘experencialismo’, que relativiza o uso da metáfora e propicia nossa sugestão da não-atividade da metáfora (vide quadro 1). Esse experencialismo foi uma saída encontrada na



teoria lakoff-johnsoniana, a fim de se evitar as radicalidades que os objetivistas e subjetivistas mantêm cada qual em sua área.

As metáforas que são ontologicamente objetivas e epistemicamente subjetivas determinam a Intencionalidade da metáfora, por serem passíveis de representacionalidade. Embora, a ‘metáfora não intencional’ tenha demonstrado certa fraqueza argumentativa na constatação da falta de optabilidade do agente, manteve-se o argumento pela comprovação do exemplo em que o próprio agente admite sua falta de opção. A ‘metáfora como não ação’, por se concretizar em processos mentais, possui ontologia subjetiva, e não é passível de verificação epistêmica, já que se constatou como parte do Background, não possui representacionalidade, não pode ser considerada ação, mas é um elemento fundamental – como também são fundamentais outros elementos do Background – para disposição e realização das ações.

A metáfora como não-ação possui evidência implícita de sua existência na fala de Searle (1983), quando declara que existem metáforas que não seguem o algoritmo «*X é como Y em características C*», nem alguma interpretação lógica conhecida. As metáforas que servem como exemplo desta asserção são metáforas de sabor e de temperatura, como: “pessoa doce” e “recepção calorosa”. Mesmo que esses sejam exemplos textuais, o que Searle quis ressaltar foi o processo mental que faz com que tais associações alógicas tenham sentido para nós, até porque, não haveria outra forma de expor o fato, sem ser por meio da representação linguística. O objetivismo, nem no sentido lakoffiano, nem no sentido epistêmico e ontológico de Searle foi determinante para a identificação da não atividade metafórica, contudo, é fundamental para o sentido intencional e não intencional da metáfora.

A saída no experiencialismo, mesmo sem visar diretamente uma teoria da ação, está de acordo com as ideias searleanas, e não alcança as contradições desta teoria, como os problemas apontados por Dreyfus: da não obrigatoriedade da intenção na ação em alguns casos de ação, e da desvinculação da experiência de agir com a intenção em ação, pois algumas ações parecem experimentadas de forma inconsciente. A visão experiencialista afasta-se de preconceitos tradicionais, e pode abranger as ideias de ação completa, intenção em ação, intenção prévia, e Background, sem haver distorção desses conteúdos para a teoria da ação.



REFERÊNCIAS:

- ARISTÓTELES. Art Poétique. In: *Art rhétorique et Art Poétique*. Edição bilíngue, greco-francesa. Paris: Librairie Garniern Frères, 1944.
- COSTA JR., Daniel. *A intencionalidade da metáfora e a metáfora como não-ação*. In: Revista do SELL, Uberaba: UFTM, v. 2, pp. 224-240, 2011.
- DREYFUS, H. e WAKEFIELD, J. Intentionality and the Phenomenology of Action. In: LEPORE, E. & VAN GULICK, R. *John Searle and his critics*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1991.
- DREYFUS, H. *La critique heideggerienne de l'approche husserlienne et searlienne de l'Intentionnalité*. Tradução francesa: Jean Lassègue. Publicação: Intellectica, n°: 17, 2: 27-49, 1993.
- LAKOFF, G. & JONHSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 2003 [1980].
- PLATÃO, *La République*. Trad. Georges Leroux. – 2ª ed. – Livre VII, Paris: Flammarion, 2004. pp. 358-366.
- O'SHAUGHNESSY, Brian. Searle's Theory of Action. pp. 271-287. In: LEPORE, E. & VAN GULICK, R. *John Searle and his critics*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1991.
- SEARLE, J.R. *Intentionality – An essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge University Press, 1983. Tradução Julio Fischer, Tomás Rosa Bueno. “Intencionalidade”. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SEARLE, J.R. The Background of Intentionality and Action. pp. 289-299. In: LEPORE, E. & VAN GULICK, R. *John Searle and his critics*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1991.
- SEARLE, J.R. The basic structure of Intentionality, Action and Meaning. In: *Rationality in action*. Cambridge USA & London UK: MIT Press, 2001.